



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

No dia primeiro de abril de hum mil novecentos e noventa e dois, a partir das quatorze horas, teve início a Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, Período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco, com o Painel sobre a situação da Saúde Mental no Brasil, do qual participaram como painelistas o Deputado **Paulo Delgado**, o Doutor **Domingos Sávio do Nascimento** (Coordenador de Saúde Mental da Secretaria Nacional de Ações de Saúde, Ministério da Saúde) e o Doutor **Benedito Domingos Sampaio** (Substituindo o Conselheiro **José Linhares Ponte**, ausente do País nessa data), representando a Associação de Psiquiatria da Federação Brasileira Hospitalar. O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** foi o Relator do Painel. A Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde teve continuidade no dia dois de abril do corrente, sendo aberta, pelo Presidente do Conselho o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor **ADIB DOMINGOS JATENE**, secretariada pelo Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, e com a presença na Mesa Coordenadora, do Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos Conselheiros **Rui Brasil Cavalcante** e **José Linhares Ponte** e **Jacques Sherique**. Esteve presente à Reunião o Doutor **José Spigolon**, indicado Suplente do Conselheiro **José Linhares Ponte**, mais ainda não nomeado. Ao início da Reunião estavam presentes vinte e dois Conselheiros, somando o quorum necessário para deliberação. Colocada em discussão, a Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde foi aprovada sem retificações. O Presidente do Conselho apresentou, extrapauta alguns assuntos para discussão do Plenário. De início foi colocado em discussão à questão da revogação de Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS que autoriza tratamento de saúde no Exterior, com despesas pagas pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS. O Excelentíssimo Senhor Ministro propôs que se discutisse o assunto e se estudasse a possibilidade da revogação dessa Portaria, por considerá-la desnecessária. A discussão levou aos Conselheiros a apoiar essa proposta e deliberou-se que constasse em Ata esse apoio. O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde declarou que com essa manifestação do Conselho Nacional de Saúde encaminharia o assunto a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e a Procuradoria Geral da República, para ser subsidiado por parecer jurídico acerca dos aspectos legais da suspensão dessa Portaria. O segundo assunto trazido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde diz respeito à Resolução PR/INAMPS nº 283/91, que proíbe o pagamento de complementação aos hospitais por internação de pacientes em quartos ou apartamentos particulares. O Plenário discutiu a necessidade de uma melhor regulamentação desse assunto e deliberou pela criação de uma Comissão do Conselho Nacional de Saúde para estudar e apresentar o assunto na próxima reunião. Essa Comissão Relatora foi constituída pelos Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima**, **Ivo Fortes dos Santos** e **Francisco Ubiratan Dellape**. Paralelamente, a Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde, que reunir-se-á no próximo dia quatorze de abril, também estudará o tema e encaminhará a Comissão Relatora e ao Plenário do Conselho as suas sugestões. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde declarou que além de ouvir o Conselho Nacional de Saúde pretende também escutar a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O Conselheiro **Nader Wafae** informou que a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo fez um estudo sobre esse assunto que poderia ser encaminhado aos Conselheiros como subsídio. O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde pede licença ao Plenário para retirar-se, devido a outros compromissos, deixando o Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde como seu representante. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, assume a coordenação dos trabalhos, e informa que todas as Resoluções aprovadas pelo Plenário já foram assinadas pelo Senhor Presidente do Conselho e publicadas em Diário Oficial da União. A Resolução que aprova o Parecer sobre o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde – PNACS não teve nenhuma objeção por parte da nova direção da Fundação Nacional de Saúde, tendo o seu Presidente, Doutor **José Carlos Pinto Dias**, encaminhado Ofício ao Conselho recomendando a aprovação do Parecer. A Resolução sobre

esse Tema foi assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde e encaminhada para publicação e divulgação. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** indaga se a manifestação do Conselho Nacional de Saúde sobre a necessidade de reunião do Conselho Nacional de Seguridade Social já foi encaminhada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde informa que seguiu Aviso Ministerial do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, informando da manifestação do Conselho nesse sentido. A Mesa informa também que recebeu convite da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para a solenidade de entrega de Título de **“Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro”** ao Conselheiro **Jorge de Marsillac Motta**, para que conste em Ata. O Senhor Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde informa que a Ata da Oitava Reunião Ordinária do Conselho, realizada em hum mil novecentos e noventa e um, continua pendente de aprovação, aguardando o Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros**, que faria correções à mesma, após ouvir a gravação das discussões daquela Reunião. Passa-se então ao **Tema 01** da Pauta, que trata da **IX Conferência Nacional de Saúde** e a palavra é dada ao Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros**, Coordenador da Comissão Organizadora da Conferência. O Conselheiro informa que a data da Conferência está definida para o período compreendido entre nove e quatorze de agosto do corrente ano. O local ainda está em definição, mas todos os contatos estão sendo feitos com a Universidade de Brasília para possibilitar a viabilização da realização da IX Conferência no Campus da Universidade. Reuniões da Comissão Organizadora foram realizadas, inclusive com o Senhor Secretário Executivo do Ministério da Saúde no sentido de melhor operacionalizar a realização da Conferência. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** distribuiu entre os Conselheiros o Projeto Básico para realização da IX Conferência Nacional de Saúde, elaborado pela Comissão Organizadora e também a proposta de inclusão do Tema **“Seguridade Social”** no temário da IX Conferência. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** solicita que o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, reafirme seu apoio à realização da IX Conferência Nacional de Saúde, inclusive publicando rapidamente no Diário Oficial da União novo Decreto convocando a Conferência para a nova data definida e aprovada por esse Plenário, como também divulgando amplamente nos meios de comunicação, através dos Serviços de Comunicação Social do Ministério da Saúde, a realização e importância da IX Conferência Nacional de Saúde. Ficou definido pelo Plenário que a Reunião do Conselho Nacional de Saúde a ser realizada em maio próximo concluirá a definição dos Delegados que participarão da Conferência (a parcela de 20% dos Delegados que cabe ao Conselho Nacional de Saúde definir). Na Reunião de Junho, o Tema prioritário será a IX Conferência, devendo o Senhor Presidente da Comissão Organizadora trazer a proposta completa de temário, mesas, conferências e demais tópicos da IX Conferência, para discussão e aprovação do Plenário. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** solicita da Comissão Organizadora da IX Conferência que as questões importantes da Conferência sejam sempre discutidos e aprovados pelo Plenário do Conselho antes de sua divulgação ampla pelos meios de comunicação social, e que é fundamental que o Plenário aprove a questão dos delegados e participantes bem como a composição das Mesas e Conferências. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde deliberou incluir a Seguridade Social como um dos Temas da IX Conferência. Os Conselheiros aprovaram também como recomendação do Conselho, que a Comissão Organizadora divulgue e procure levar a discussão da Seguridade Social aos Estados e Municípios, para que os delegados venham a Conferência com o novo Tema debatido. O Plenário homologou a data da IX Conferência para o período de nove a quatorze de agosto do corrente ano e quanto ao local, aceitou a possibilidade de realização na Universidade de Brasília, mas aguarda as negociações da Comissão Organizadora com a Reitoria da Universidade. O Senhor Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS** afirma que a responsabilidade de realização da IX Conferência Nacional de Saúde é do Ministério da Saúde e o Ministério está realizando todos os entendimentos possíveis com a Comissão Organizadora para melhor viabilizar a realização da mesma. Contudo, afirma, é necessário fazer algumas alterações na Comissão Organizadora para melhor operacionalizar a Conferência porque algumas pessoas se desligaram da mesma e outras estão muito absorvidas pelas suas funções dentro da estrutura do Ministério da Saúde. Respeitando-se os entendimentos e discussões com o Conselho Nacional de Saúde, com a Comissão Organizadora e com a própria sociedade civil e visando agilizar as atribuições do Ministério da Saúde para garantir a realização da IX Conferência, o Senhor Secretário Executivo pede ao Plenário que dê um crédito de confiança ao Ministério da Saúde para que possa se recompor a Comissão Organizadora e os setores de apoio a Conferência. O Plenário concordou com a colocação do Senhor Secretário Executivo e o Ministério da Saúde agilizará o máximo possível essas alterações e na Próxima Reunião do Conselho Nacional de Saúde o Plenário apreciará as mesmas e poderá propor também as modificações que considerar necessária. Encerra-se a discussão sobre a IX Conferência Nacional de Saúde e passa-se ao **Tema 02**, que trata da **“Resolução para Orientação Estruturação e Organização dos Conselhos**

Estaduais e Municipais de Saúde", que tem como Relator o Conselheiro **Nader Wafae**. Os Conselheiros debateram amplamente a questão, a partir de Parecer apresentado pelo Relator e de documento elaborado pela Secretaria Técnica do Conselho. O Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, solicitou do Plenário mais tempo para que o Ministério analisasse os documentos apresentados em todos os seus aspectos, inclusive legais. O Conselho, através de seu Plenário, concorda que o Tema é bastante complexo e que se necessita de mais tempo para estudo do mesmo, para se evitar que haja interferência na autonomia dos Estados e Municípios. Aprovou-se que o Tema deve se reexaminado pelo Plenário dentro de sessenta dias, já com os estudos solicitados. Os Conselheiros deliberaram que a questão dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde deva ser debatida com profundidade durante a IX Conferência Nacional de Saúde. Determinou-se que a Coordenação Geral do Conselho fizesse um levantamento da existência de Conselhos nos Estados e nos Municípios, bem como os documentos legais de sua criação, estruturação, composição, etc. A Reunião encerrou-se pela manhã e foi retomada pela tarde, com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde abrindo a mesma e falando da Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo, a ser realizada pelo Ministério da Saúde, e da campanha desenvolvida pelo Ministério da Saúde contra a Malária. Passou-se ao **Tema 03**, que tratava da "**Resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde sobre o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde**". Foi distribuído Ofício da Presidência da Fundação Nacional de Saúde concordando com o Parecer e informado que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde á tinha assinado a Resolução, que foi encaminhada para publicação. Em seguida, abordou-se o **Tema 04**, sobre o "**Credenciamento dos Centros de Pesquisa em Seres Humanos**". Como não houve visitas, em virtude da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária ainda não ter podido definir os técnicos que irão compor as Comissões de Visita, o Tema ficou prejudicado passando-se ao seguinte. O **Tema 05** tratava dos "**Processos em Estudo pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde**". O Primeiro Processo, sobre a "**Residência Médica em Traumatologia-Ortopedia**" teve sua discussão adiada tanto porque o Relator do Tema não pode comparecer a Reunião, como pela prorrogação, concedida pelo Plenário ao pedido de vistas a esse Processo, feito pelo Conselheiro **Cláudio Allgayer**, por mais trinta dias. O Segundo Processo, sobre as "**Normas de Comercialização de Alimentos para Lactantes**", teve a apresentação de um parecer (Anexo 01) da Comissão Relatora, feito pelo Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**, e a solicitação dessa Comissão para que o assunto fosse remetido para a Comissão Interinstitucional de Alimentação e Nutrição, vinculada ao Conselho, sendo a Conselheira **Zilda Arns Neumann** designada para acompanhar, em nome do Plenário, a discussão do Tema nessa Comissão. Acertou-se que a Primeira Reunião da Comissão Interinstitucional de Alimentação e Nutrição seja realizada no dia quatorze de maio próximo. O **Tema 06** abordava a questão dos "**Novos Cursos na Área de Saúde e os Relatórios das Comissões designadas pelo Plenário do Conselho para Analisá-los**". O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** solicitou que constasse em Ata que por motivos alheios a sua vontade não pode comparecer com o restante da Comissão que visitou a Universidade de Ijuí, para analisar o Novo Curso de Medicina que ali está sendo criado. A Secretaria de Administração Geral do Ministério da Saúde errou ao providenciar as passagens aéreas para seu deslocamento até o Rio Grande do Sul, impossibilitando-o de viajar. O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** foi substituído nessa visita pelo Conselheiro **Elísio Nunes Ribeiro**. A Comissão de Análise e Visita a UNIJUÍ está aguardando o envio do Parecer do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul sobre a criação do Curso de Medicina naquela Universidade, para poder formular seu Relatório Final que será submetido ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Em relação à apreciação da criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a Comissão ainda não tem data marcada para a Visita à Universidade. Quanto ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Sergipe, a Comissão para análise desse Novo Curso deverá visitar Sergipe até a Próxima Reunião do Conselho. O Conselheiro **Elísio Nunes Ribeiro** se manifesta no sentido de que o Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul não pode retardar a sua decisão sobre o Curso de Medicina da UNIJUÍ. O Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos** informa que o Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul deve se reunir para apreciar a questão no próximo dia sete de abril e que na Próxima Reunião do Conselho Nacional de Saúde já haverá um parecer daquele Conselho Estadual. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informa que chegou a solicitação da Universidade de Cruz Alta, também do Rio Grande do Sul, para que o Conselho Nacional de Saúde avalie a criação do Novo Curso de Medicina na UNICRUZ. O Conselheiro **Aloísio Carneiro** lembra que o processo de análise desse novo pedido deve ser semelhante ao da UNIJUÍ e que o processo deve ser primeiro submetido ao Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. O Plenário criou uma Comissão para analisar o pedido da UNICRUZ, formada pelos Conselheiros **José Bernardo Peniche**, **José Eri Osório de Medeiros** e o novo representante das Entidades Médicas no Conselho Nacional de Saúde, que ainda não foi indicado. Em seguida, a Mesa

põe em discussão o Aviso Ministerial encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, **JOSE GOLDEMBERG**, no sentido que o Conselho Nacional de Saúde reconsidere a sua Resolução de número dezessete que define os Cursos da Área de Saúde, excluindo dos mesmos, os Cursos de Psicologia e Educação Física. O Plenário do Conselho debateu o assunto e considerou que devem ser mantidos como Cursos da Área de Saúde, conforme está na Resolução número dezessete, os Cursos de Psicologia e Educação Física e que esta decisão conste em Ata e que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Saúde, o Ministro de Estado da Saúde, encaminhe Aviso Ministerial ao titular do Ministério da Educação informando dessa decisão. Em seguida, o Conselheiro **Ivan de Moura Fé** pede que seja apreciado pelo Plenário o Parecer que ele elaborou sobre o Painel de Saúde Mental no Brasil, ocorrido no dia anterior. Após a apresentação do Parecer pelo Relator, o Plenário discutiu o mesmo e qual o encaminhamento a ser feito. Foi posta em votação e aprovada por maioria de votos a proposta de aprovação do Parecer com uma Moção de apoio do Conselho Nacional de Saúde ao Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado, e que constasse em Ata essa Moção de Apoio. O Parecer, acompanhado de Ofício explicitando essa Moção de apoio, deverá ser encaminhado aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como a Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Nacional de Ações de Saúde do Ministério da Saúde. Deliberou-se também que se oficializasse a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria Nacional de Ações de Saúde do Ministério da Saúde e que o Conselho Nacional de Saúde decidisse estabelecer junto àquela Coordenadoria, um mecanismo permanente de acompanhamento da formulação e implantação da Política de Saúde Mental no Brasil. Na votação houve quatro abstenções, duas com declaração de voto, que estão em anexo a essa Ata (Anexo 02), dos Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima** e **Carlos Reinaldo de Souza**, e outras duas dos Conselheiros **Nelson Seixas** e **Nader Wafae**. Estavam ausentes na votação os Conselheiros **Cláudio José Allgayer** e **Francisco Ubiratan Dellape**, por terem sido convocados à reunião do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, para, tratar da implantação do sistema de apresentação de AIH's por meio magnético. O Conselheiro **Lúcio Alcântara** declara seu desacordo com a apreciação de Projetos de Lei pelo Conselho Nacional de Saúde, e com a manifestação, para esses casos, sob a forma de Moções. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde deliberou que nas Próximas Reuniões fosse apresentada nesse Conselho, pelos órgãos do Ministério da Saúde responsáveis, tanto a Política de Saúde Mental, e seu respectivo acompanhamento, proposta pelo Ministério da Saúde, como a Política de Planejamento Familiar defendida pelo Ministério. A Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde deverá encaminhar Ofício à Secretaria Nacional de Ações de Saúde, solicitando aos responsáveis por essas áreas o comparecimento ao Plenário do Conselho. Passou-se ao Tema que trata da **"Discussão da Utilização dos Recursos do FINSOCIAL para a Área da Saúde"**. Conforme foi resolvido na reunião anterior do Conselho Nacional de Saúde, uma Comissão de Conselheiros estudaria a situação do FINSOCIAL e apresentaria proposta de campanha para o pagamento do FINSOCIAL pelas Empresas e sua utilização prioritária na área da saúde. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** apresentou uma proposta de campanha através dos meios de comunicação social sobre o FINSOCIAL. A proposta foi debatida pelos Conselheiros que acrescentaram várias sugestões e definindo que deveria ser uma campanha levada adiante pelos órgãos governamentais, tendo a frente o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde e os Conselheiros do Conselho Nacional de Saúde procurariam negociar os termos da campanha tanto com os setores empresariais, que questionam a legalidade do FINSOCIAL e estão se recusando a pagá-lo (ou a pagar somente em juízo) como com os setores governamentais que controlam esse tipo de arrecadação e definição de política econômica financeiro. O Ministério da Saúde, através de seu Secretário Executivo, comprometeu-se levar a proposta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, e proceder ao levantamento da situação jurídico-institucional da questão no prazo aproximado de quinze dias. O Conselho Nacional de Saúde concordou com a idéia geral da campanha, mas deliberou que o Ministério da Saúde é que deve encontrar a melhor forma de realizá-la. Foi constituída uma Comissão de Conselheiros para ajudar as negociações e discutir o FINSOCIAL com os diversos outros setores empresariais e de Governo. Essa Comissão foi composta por indicação do Plenário dos Conselheiros **Lúcio Alcântara**, **José Eri Osório de Medeiros**, **Zilda Arns Neumann**, **Paulo Barbante** e **Aloísio Carneiro**. Foi aprovado que o apoio do Conselho Nacional de Saúde a que o Ministério da Saúde desenvolva ampla campanha de alcance público para conseguir a execução do recolhimento do FINSOCIAL nos termos da legislação vigente, constasse em Ata e fosse transmitido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde. Em relação ao **Tema 07**, sobre a **"Renovação do Mandato de uma Parcela dos Conselheiros"**, informou-se que as Entidades de Médicos, de Outros Profissionais de Saúde, das Prestadoras de Serviços Privados de Saúde e das Organizações de Portadores de Patologias estão procedendo reuniões para escolherem os substitutos dos Conselheiros que encerram o mandato, e que os mesmos serão apresentados na Próxima Reunião. Passou-se ao **Tema 10**, com apresentação do Relator, Conselheiro **Francisco A. Vieira Nunes**, de Parecer sobre a

situação do **“Hanseniano no Regime Jurídico Único do Funcionalismo Público Federal”**, que determina a aposentadoria compulsória dos portadores de Hanseníase. O Parecer apresentado foi aprovado e está em anexo a essa Ata (Anexo 03). Deliberou-se também que a Coordenação Geral do Conselho deveria encaminhar o Parecer ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, acompanhado de Ofício solicitando que o Ministério da Saúde, de comum acordo com a Secretaria de Administração Federal – SAF, estudasse o assunto e elaborasse Projeto de Lei do Executivo, para ser encaminhado ao Legislativo, visando à exclusão do hanseniano do rol de doenças que na Lei número oito mil cento e doze, de hum mil novecentos e noventa, que instituiu o Regimento Jurídico da União, justificam a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. Em seguida, tratou-se do **Tema 11**, que dizia respeito à **“Farmacopéia Brasileira”**. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** expôs a questão, informando que na última Reforma Administrativa, a Farmacopéia Brasileira e a Comissão Permanente de Revisão da mesma ficaram sem espaço definido no Ministério da Saúde e no Conselho Nacional de Saúde, ressaltando a importância para o País da elaboração de uma Farmacopéia moderna e atualizada. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde deliberou então que fosse solicitado à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde que apresentasse ao Conselho uma proposta visando solucionar as questões referentes à revisão da Farmacopéia Brasileira, interrompida desde hum mil novecentos e oitenta e nove. O Plenário solicitou também que essa proposta contemplasse os aspectos de organização, constituição, composição, metodologia de trabalho e utilização de institutos de referência por parte de uma Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira, que, em princípio, deverá se vincular ao Conselho Nacional de Saúde. Passou-se ao **Tema 12**, quando foram prestadas informações sobre a **“Oficina de Trabalho sobre Alternativas para a Gestão de hospitais e outros Estabelecimentos Públicos de Saúde”**, co-patrocinada pelo CNS, CONASS, FGV, OPAS e CEBES. Essa Oficina de Trabalho será realizada nas dependências do Conselho Nacional de Saúde nos próximos dias oito e nove de abril, estando aberta à participação dos Conselheiros que se interessarem, e seus resultados serão posteriormente divulgados aos Conselheiros. Outras Oficinas de Trabalho, co-patrocinadas pelas Instituições e Entidades acima citadas, estão sendo programadas, sendo a segunda delas sobre a **“Descentralização e Distribuição de Responsabilidades: Competências e Recursos em cada Esfera do Sistema Único de Saúde”**, datada para o mês de maio. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou da realização de Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Saúde, a ser realizado nos dias vinte e oito e vinte e nove de maio próximos, em Belo Horizonte e que o Conselho Nacional de Saúde estava convidado a participar do mesmo. E informado, pela Mesa que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde vai participar da abertura do mesmo e de uma mesa-redonda, sendo solicitado que o Conselho Nacional de Saúde indicasse um de seus Conselheiros para participar de todo o evento e compor outra mesa-redonda, para falar sobre o **“Financiamento do Sistema Único de Saúde”**. O Plenário do Conselho indicou o Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, para participar dessa mesa-redonda e representar, junto com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde no Encontro. Foi ressaltado que o Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** que também faz parte do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais estaria presente durante todo o evento. O **Tema 09**, sobre a **“Recomendação do Conselho Nacional de Saúde sobre a Dispensa do Ponto e Abono de Faltas dos Servidores que são Membros de Conselhos de Saúde”**, ao participarem das atividades desses Conselhos, foi adiado para a Próxima Reunião. O **Tema 08**, que trata das **“Informações das Comissões do Conselho”**, teve as suas informações por escrito, através de levantamento feito pela Secretaria Técnica do Conselho Nacional de Saúde da situação das Comissões. Antes de encerrar a Reunião, os Conselheiros **Stella Barros**, **Cláudio Allgayer**, **Ivan de Moura Fé** e **Elísio Nunes Ribeiro**, que concluem o mandato de um ano no Conselho e serão substituídos, conforme determina o Regimento Interno, por representantes de outras entidades, fizeram suas despedidas. O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** informou que foi reconduzido a Presidência do Conselho Federal de Medicina por mais dois anos e meio. A Conselheira **Stella Barros** prestou agradecimentos ao apoio recebido pela Secretaria Técnica do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Elísio Nunes Ribeiro** informou que vai defender a recondução da Conselheira **Stella Barros** para mais um mandato, pela importância de sua participação e da categoria que ela representa. A Décima Segunda Reunião do Conselho Nacional de Saúde foi encerrada e nela estiveram presentes e assinaram o Livro de Presenças, os Conselheiros **Zilda Arns Neumann**, **Jorge de Marsillac Motta**, **Nader Wafae**, **Lúcio G. de Alcântara**, **José Eri Osório de Medeiros**, **Nelson Seixas**, **Francisco Ubiratan Dellape**, **Cláudio José Allgayer**, **Stella Barros**, **Francisco A. Vieira Nunes**, **Elísio Nunes Ribeiro**, **Mozart de Abreu e Lima**, **Antonio Cortizo**, **Ivo Fortes dos Santos**, **Carlos Reinaldo de Souza**, **Leilton Pereira Guedes**, **Aloísio Carneiro**, **Ivan de Moura Fé**, **Jocélio Henrique Drummond**, **José Bernardo Peniche**, **José da Silva Guedes**, **Paulo Sérgio Barbante** e **Adib Domingos Jatene**. FIM.